



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

11 de Abril 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Educação	Data: 11/04/2014
Assunto: Cartão Corporativo		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Cartão corporativo chega aonde ele é mais necessário: nas escolas públicas

Vai que a moda pega e os hospitais, creches e postos de saúde acabam sendo beneficiados

O cartão corporativo no Poder Público, que já chegou até a pagar tapioca para um ministro dos Esportes — o antigo, não o atual — finalmente chegou no local em que ele é mais necessário. Um projeto piloto testado em 12 escolas agora será expandido para as 1100 da rede pública estadual de Santa Catarina. Elas terão entre R\$ 2 mil e R\$ 8 mil por ano, dependendo do número de alunos, para realizar consertos e compra de material de limpeza ou reparo sem muita burocracia.

Ministros, secretários e funcionários do Poder Público já recebem diárias, não precisam da ajuda de cartões com verba extra, paga com dinheiro dos impostos. As escolas sim. Se uma porta quebra, o padrão antes era esperar umas outras nove chegarem ao mesmo estado, já que saia mais barato licitar as dez de uma vez ao invés de fazer dez licitações.

A solenidade de lançamento será segunda-feira, 14, às 17h, com a presença do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, e de funcionários das escolas estaduais e das secretarias regionais envolvidos com o projeto. O dinheiro será repassado em duas parcelas, abril e agosto. Somará um total de R\$ 7 milhões aplicados em 2014.

Seria bom se a moda pegasse. Desvios com certeza ocorrerão — tem que fiscalizar —, mas a exceção não pode prejudicar a maioria que deve agir dentro das regras. Será que vai chegar também aos hospitais, aos postos de saúde e às creches?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Educação	Data: 11/04/2014
Assunto: Atenção infantil		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Déficit de atenção na infância: alerta para uso abusivo de medicação

Sociedade de Pediatria chama a atenção para diagnósticos equivocados

Um mundo interativo, conectado 24 horas por dia, e crianças com acesso a um mundo de informações. Este é o cenário no qual, que cada vez, as crianças têm dificuldade em sentar em uma sala de aula e assistir à uma aula. Seja pela rotina geralmente extensa, seja pela falta de controle de pais e professores, o diagnóstico de hiperatividade e déficit de atenção é cada vez mais comum.

O transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) realmente existe e pode acometer não apenas crianças, mas também adolescentes e adultos, com sintomas como agitação, dificuldade de atenção e impulsividade excessivas. Mas como diferenciar o transtorno da agitação normal da idade e ambiente em que a criança vive?

“Na prática diária, percebemos que há muita desinformação acerca do TDAH, facilitando suspeitas e até mesmo diagnósticos equivocados, que incidem sobre crianças que são apenas desatentas”, relata dr. Fausto Flor Carvalho, presidente do departamento de saúde escolar da Sociedade de Pediatria de São Paulo (SPSP).

O papel da escola na identificação do problema é bastante questionado e requer cuidados. Antes de concluir que se trata de TDAH e encaminhar o aluno a psicólogo ou neurologista, a escola pode chamar os pais e conversar sobre a possibilidade de se tratar de um transtorno de aprendizado ou ajustar determinados comportamentos que podem ocorrer no desenvolvimento da criança. Mas o diagnóstico e, se necessário, o encaminhamento a um especialista, só devem ser realizados pelo pediatra, explica o dr. Marun David Cury, membro da Diretoria de Defesa Profissional da SPSP.

“É da abrangência do pediatra confirmar ou não uma possível dificuldade de aprendizagem, déficit ou outro distúrbio, e isso será feito a partir da análise de todo o histórico do pequeno paciente, desde o pré-natal.”

Em muitos casos, revela o especialista, pode de tratar apenas de um problema de visão ou de audição, que dificultam a compreensão e acompanhamento adequado da aula.

Por isso, explica o dr. Saul Cypel, presidente do Departamento de Neurologia da SPSP, é importante que se avalie a criança como um todo, inclusive como têm sido estabelecidas as suas relações sociais, principalmente dentro do ambiente familiar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“Muitas das alterações de comportamento têm origem na inadequação de relacionamento dos pais com os filhos, por exemplo, a falta de incentivo em lidar com regras e limites, ou o excesso de cuidados familiares ou outras pessoas que participem da casa, que não favorece a força de agir por conta própria, não promovendo a sua autonomia”, explica.

A aliança entre os pais, a escola e o pediatra é o primeiro passo para ajudar uma criança com problemas de comportamento ou dificuldade de aprendizado. Há casos em que a psicoterapia, ou terapia familiar, podem ser indicadas.

O medicamento poderá entrar em cena complementando as opções anteriores. Nestes casos específicos, há medicamentos úteis, mas que devem ser usados criteriosamente, e sob rigorosa prescrição médica.

“Há trabalhos em que o uso indiscriminado ou abusivo de medicação na infância pode levar resultar em adolescentes mais suscetíveis a quadros depressivos”, acrescenta dr. Fausto.

O especialista lembra, ainda, que todo medicamento tem contraindicações e efeitos colaterais. Mesmo quando indicados, podem trazer reações indesejadas, que devem ser monitoradas pelo pediatra ou, se for o caso, por um neurologista ou psiquiatra.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Educação	Data: 11/04/2014
Assunto: Manifestação		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Estudantes protestam por melhorias nas escolas estaduais e transporte coletivo em Joinville

O movimento percorreu as principais ruas da região central na manhã desta quinta-feira

As condições das escolas da rede estadual de ensino em Joinville e os problemas no transporte coletivo motivaram um novo protesto. Cerca de 70 estudantes se reuniram na praça da Bandeira, no Centro, na manhã desta quinta-feira. Em seguida, o grupo fez uma passeata pelas principais ruas da área central carregando faixas e cartazes, além do apoio de um carro de som.

Nós percebemos que não adianta fazer um protesto isolado porque ninguém está atendendo os nossos pedidos. Então, faremos várias manifestações afirma a presidente da União Joinvilense dos Estudantes Secundaristas (Ujes), Stefany Rebello Aguiar.

No dia 12 de março, os estudantes já realizaram uma manifestação reivindicando reformas das escolas interditadas, transporte público gratuito para estudantes e climatização das salas de aula. No entanto, a líder da Ujes salienta que o Estado não tomou nenhuma providência para melhorar a qualidade do ensino.

O grupo caminhou até a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), na rua Nove de Março, e depois retornou à praça da Bandeira. O movimento contou com o apoio de pessoas da comunidade. Com objetivo de chamar a atenção da população e das autoridades, os alunos andaram no meio das ruas. Mas nenhuma rua chegou a ficar fechada



DIÁRIO CATARINENSE

AUTONOMIA ÀS ESCOLAS

Novo cartão facilita compra de material

Sistema agilizará aquisição de produtos de emergência em todo o Estado

Para agilizar a compra de material de consumo nas escolas estaduais de Santa Catarina será entregue para 1,1 mil instituições de ensino o Cartão de Pagamento. Criado pelo governo do Estado, o sistema facilitará a aquisição de itens como folhas de papel e produtos de limpeza. Os diretores terão um saldo disponível para estas pequenas emergências.

Cada escola terá um repasse anual entre R\$ 2 mil e R\$ 8 mil, de acordo com o número de alunos matriculados registrado no censo escolar do ano passado. O dinheiro será repassado em duas parcelas, uma em abril e outra em agosto. As compras poderão ser feitas apenas em locais autorizados.

O cartão pretende evitar a burocracia que envolvia a compra desses materiais mais urgentes. A assessora

Os recursos

A distribuição por ano leva em conta o número de estudantes

ALUNOS	VALOR
100	R\$ 2 mil
101 a 150	R\$ 3 mil
151 a 200	R\$ 4 mil
201 a 300	R\$ 5 mil
301 a 400	R\$ 6 mil
401 a 500	R\$ 7 mil
Mais de 501	R\$ 8 mil

técnica da diretoria de administração e finanças da Secretaria de Estado de Educação, Sílvia Helena Souza Barbosa, explica que antes era preciso acionar as gerências regionais de educação, que precisavam ter três orçamentos, liberar a compra, pagar e, aí sim, ter os produtos disponíveis.

— Todo o processo era bastante longo. O cartão veio agilizar, dar pra-

ticidade de efetuar as despesas, além da questão de não ter mais essa burocracia — ressaltou Sílvia.

Apesar de autorizar a compra de produtos, o cartão não permite a contratação de serviços. No caso de uma janela quebrada, por exemplo, o gestor poderá providenciar um novo vidro, mas a mão de obra deverá ser contratada por outro sistema, que também dá agilidade a pequenos reparos.

Os gastos serão controlados pelas gerências regionais de educação e pela Secretaria. O próprio cartão terá o limite do valor e o responsável pela ferramenta terá de prestar contas.

No ano passado, o cartão foi entregue em 12 escolas como projeto-piloto. Neste ano, o recurso chega às demais. Na próxima segunda-feira, quando ocorre o lançamento do sistema, os gerentes regionais de educação e os responsáveis pelo cartão nas serão treinados e orientados quanto ao uso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Rafael Martini	Data: 11/04/2014
Assunto: Cartão de pagamento		Página: 03

DIÁRIO CATARINENSE

Controle dos gastos

O governador Raimundo Colombo lança na próxima semana o Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC), exclusivo para débito e que será entregue a cerca de 1,1 mil diretores de escolas estaduais. Com o cartão, o governo aumenta o controle e a transparência dos gastos com adiantamentos. Até então, essas despesas eram feitas por meio de cheques e só se tornavam visíveis na prestação de contas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Meneses	Data: 11/04/2014
Assunto: Greves		Página: 54

DIÁRIO CATARINENSE

Fim dos greves

Governador Raimundo Colombo manda avisar aos servidores estaduais que não pode mais, por força da lei eleitoral, conceder reajustes salariais até o final do ano. Em outras palavras: se o governo não pode dar aumento, não adianta os funcionários fazerem greve. A saúde, a educação e a segurança agradecem penhoradamente.



Veículo: A Notícia

Editoria: Cidade

Data: 11/04/2014

Assunto: Protestos

Página: 12

A NOTÍCIA

Protesto por mais melhorias

Estudantes querem transporte gratuito e escolas reformadas. Movimento percorreu o Centro

CAMILA NUNES

As condições das escolas da rede estadual de ensino em Joinville e o transporte coletivo motivaram um novo protesto no Centro da cidade. Cerca de 70 estudantes se reuniram na praça da Bandeira na manhã de ontem. O grupo fez uma passeata pelas principais ruas da área central carregando faixas e cartazes.

— Nós percebemos que não adianta fazer um protesto isolado porque ninguém está atendendo aos nossos pedidos. Então, faremos várias manifestações — afirma a presidente da União

Joinvilense dos Estudantes Secundaristas (Ujes), Stefany Rebello Aguiar.

No dia 12 de março, os estudantes já realizaram uma manifestação reivindicando reformas das escolas interditadas, transporte público gratuito para estudantes e climatização das salas de aula. No entanto, a líder da Ujes salienta que o Estado não tomou nenhuma providência.

O grupo caminhou até a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), na rua Nove de Março, e depois retornou à praça da Bandeira. Nenhuma rua chegou a ficar interditada com a manifestação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 11/04/2014
Assunto: Comunidades ciganas		Página: Online



MEC levará atendimento a comunidades ciganas do país

O Ministério da Educação (MEC) pretende levar o atendimento escolar à população cigana, estimada em 900 mil pessoas. Ontem (10), a pasta reuniu-se com líderes ciganos para discutir a implementação das diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), de acordo com resolução publicada em 2012.

Pelo texto, entre outras coisas, os sistemas de ensino público ou privado devem assegurar a matrícula dos estudantes em situação de itinerância, sem a imposição de qualquer forma de embaraço ou preconceito. Entre as dificuldades de atendimento estão justamente a itinerância e a falta de levantamentos que identifiquem os povos. Segundo o MEC, eles têm tradição, mas ainda não passaram pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A reunião contou com a presença do diretor de Políticas Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, Thiago Thobias. Ficou definido que serão indicadas as rotas habituais dos povos ciganos em determinadas regiões, para que a Secadi possa promover encontros com dirigentes educacionais de municípios e orientá-los sobre a prestação do serviço educacional.

Os ciganos chegaram ao Brasil em 1574, após serem expulsos da Europa. Segundo relatos, Portugal e Espanha cortavam suas orelhas e os deportavam, porque eram considerados diabólicos. Há dois grandes grupos no país: os calom, de origem ibérica, e os rom, do Leste europeu. Atualmente, alguns se definem sedentários e fixam moradia, outros cumprem rotas dos povos itinerantes no Brasil.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 11/04/2014
Assunto: Ensino Médio		Página: Online



Ministro Henrique Paim reconhece que ensino médio é o maior desafio do MEC

O ministro da Educação, Henrique Paim, reconheceu em audiência pública, ontem, quarta-feira (9), que o ensino médio é o setor com mais problemas e um dos maiores desafios de sua pasta. Os elevados índices de reprovação e evasão aliados a problemas de qualidade preocupam o ministro.

Para melhorar a situação, o governo aposta agora no Pacto Nacional pelo Ensino Médio, que envolve uma série de ações com as secretarias de educação dos estados para melhorar a formação dos professores e de coordenadores pedagógicos. Entre as metas, está o incremento de indicadores de proficiência em matemática, português e ciências. O ministro informou que todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal já aderiram ao programa.

"É importante dizer que existe uma unanimidade no Brasil de que a gente precisa melhorar. Não é uma novidade esse diagnóstico. Só que o nosso problema, na realidade, é de qualidade e de inclusão. Logo no primeiro ano do ensino médio, o índice de reprovação é de 30%, fator que está relacionado também à evasão escolar. De 1997 para cá conseguimos a inclusão de cinco milhões de estudantes. Fazer essa inserção com qualidade é o desafio", explicou o ministro, em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE).

JORNADA - Henrique Paim disse que a ampliação da jornada dos estudantes é outro ponto que vai receber grande atenção do ministério. Ele informou que de 2010 a 2013 houve um crescimento de 139% no número de matrículas com jornada igual ou superior a sete horas, e o governo continuará incentivando as instituições de ensino e as secretarias de educação para que façam a ampliação do tempo de permanência das crianças nas escolas.

"O Ministério da Educação investe R\$ 2 bilhões por ano nesse programa, tanto em recursos para alimentação escolar como em recursos para a própria escola, para que ela tenha condições de ficar mais tempo com o aluno. Tínhamos, em 2010, 3% das matrículas em educação em tempo integral. Agora chegamos a 12%. O Plano Nacional de Educação [PNE] estabelece 25% das matrículas; por isso nos próximos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

dez anos temos de dobrar o total. Pelo nosso desempenho até agora, acreditamos que seja factível cumprirmos tal meta", afirmou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 11/04/2014
Assunto: Cartão de pagamento		Página: Online



Educação lança cartão para pagamento de despesas emergenciais nas escolas

Cerca de 1.100 escolas da rede pública estadual poderão utilizar o Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina (CPESC), uma nova ferramenta que vai facilitar e modernizar o dia a dia da gestão educacional. A solenidade de lançamento será segunda-feira, 14, às 17h, com a presença do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, gerentes Regionais de Educação e responsáveis pelo Cartão nas Regionais. A cerimônia será no auditório da Secretaria de Estado da Administração, no Centro Administrativo do Governo do Estado.

Em 2013, o Cartão foi implantado como projeto-piloto em 12 escolas, e este ano será estendido às demais unidades da rede. Segundo o diretor de Administração Financeira da Secretaria da Educação, Djalma Coutinho, a medida é destinada ao pagamento de despesas emergenciais e de consumo imediato, auxiliando na manutenção e conservação das escolas. “O objetivo é desburocratizar o sistema e dar transparência no controle dos gastos públicos”, informa.

Com o CPESC, o gestor escolar poderá comprar material de expediente diretamente, produtos de limpeza e higienização, produtos para a manutenção de bens móveis e imóveis, material elétrico e eletrônico e de processamento de dados.

Cada escola terá um repasse anual entre R\$ 2 mil e R\$ 8 mil, de acordo com o número de alunos matriculados, baseado nos dados do censo escolar do exercício anterior. O dinheiro será repassado em duas parcelas, abril e agosto, num total de R\$ 7 milhões. De acordo com o diretor de Administração Financeira, os limites de disponibilização de crédito foram estabelecidos nos seguintes critérios:

- Escolas com até 100 alunos → R\$ 2 mil/ano.
- Escolas com 101 a 150 alunos → R\$ 3 mil/ano.
- Escolas com 151 a 200 alunos → R\$ 4 mil/ano.
- Escolas com 201 a 300 alunos → R\$ 5 mil/ano.
- Escolas com 301 a 400 alunos → R\$ 6 mil/ano.
- Escolas com 401 a 500 alunos → R\$ 7 mil/ano.
- Escolas acima de 501 alunos → R\$ 8 mil/ano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na mesma data, às 14h, os gerentes Regionais de Educação e os responsáveis pelo Cartão nas Regionais serão treinados e orientados quanto à operacionalização, pelas Secretarias da Fazenda e Educação.

O Cartão de Pagamento foi instituído pelo Decreto Estadual Nº 1.949, de 19 de dezembro de 2013, e tem base legal no inciso VIII, do art. 24, da Lei 8666/93. Para a implantação, o governador do Estado firmou parceria com o Banco do Brasil.